



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES ANO: 2016

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, a administração da Companhia Paraibana de Gás – PBGÁS submete, à apreciação dos senhores Acionistas, o relatório da administração, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

1. INTRODUÇÃO

A Lei Estadual nº 5.680, de 17 de dezembro de 1992, autorizou o Estado da Paraíba a criar a Companhia Paraibana de Gás - PBGÁS. Em 30 de dezembro de 1994, esta empresa firmou com o Estado da Paraíba o Contrato de Concessão, recebendo a permissão para exploração do serviço público de distribuição de gás canalizado no Estado da Paraíba por um período de 50 anos.

Com o início de suas operações, em 1995, a empresa partiu, efetivamente, para a exploração da atividade de distribuição de gás canalizado no Estado da Paraíba, conforme a Lei nº 9.493/94, e desde então, vem contribuindo para o desenvolvimento tecnológico, econômico e social do Estado.

Em sua formação inicial, a empresa teve a representação do Estado da Paraíba (acionista controlador), através da Secretaria de Infraestrutura, bem como de dois acionistas de peso no cenário nacional: a Petróleo Gás S/A – GASPETRO, controlada pela empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS, que vem atuando desde 1994 no mercado brasileiro de distribuição de gás natural, e ainda a Gás Participações – GASPART, que atuou nos mercados de distribuição de gás natural das regiões Sul e Nordeste até 2006. No ano de 2006, a Mitsui Co., empresa japonesa, inicia investimentos no segmento de distribuição de gás natural no Brasil, adquirindo o controle da GASPART. Ainda em 2006, a razão social da GASPART muda para Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. – MGEb.

Desde a sua criação, investindo na utilização da energia mais limpa de origem fóssil, a PBGÁS vem desenvolvendo ações para implantar a infraestrutura básica necessária ao desenvolvimento de seus serviços, realizando todos os estudos técnicos e de mercado necessários à garantia das melhores condições operacionais e de segurança de fornecimento do gás natural aos seus clientes dos segmentos industrial, automotivo, residencial e comercial, em estreita sintonia com as questões socioambientais e seus resultados econômico-financeiros.

Atualmente, a Companhia concentra esforços na diversificação de seu mercado – destaque especial para o segmento residencial e comercial - e na implantação de um modelo de gestão empresarial que garanta à PBGÁS uma posição de destaque no cenário nacional.

2. PRINCIPAIS RESULTADOS

O ano de 2016 foi desafiador diante dos cenários que formaram o pano de fundo da economia nacional. A PBGÁS, através de seus colaboradores, intensificou esforços para atingir as metas e mitigar os efeitos causados pela recessão que atinge o Brasil. As perspectivas de queda nos negócios levaram a Empresa a antecipar-se implantando um plano de contingência cortando custeio e investimentos, providências essenciais para um bom resultado mesmo com a retração dos negócios.

No ano 2016, a PBGÁS comercializou 100.872.035 m³ de gás natural, atendendo 36 clientes industriais, 37 automotivos, 12.138 clientes residenciais e 202 comerciais, um incremento de 2.175 novos clientes em relação a 2015, finalizando o ano com 12.413 clientes.

Atualmente, a rede de distribuição atende 11 (onze) municípios do estado: João Pessoa, Campina Grande, Cabedelo, Conde, Alhandra, Santa Rita, Bayeux, Mamanguape, Queimadas, Ingá e Caldas Brandão (Cajá). A Companhia também está presente em 3 (três) outros municípios (Guarabira, Patos e Remígio) com gás natural comprimido e transportado através de carretas tipo feixe, abastecidas na cidade de Campina Grande, totalizando, dessa forma, 14 (quatorze) municípios atendidos.

2.1 DADOS DE MERCADO

O mercado total da Companhia em 2016 apresenta um consumo médio de 275.607 m³/dia. Em termos de volume, seu mercado está segmentado da seguinte forma:

- Gás Natural Industrial, 65.9%
- Gás Natural Veicular (GNV), 29.1%
- Gás Natural Comprimido (GNC), 2.0%
- Gás Natural Comercial, 1.4%
- Gás Natural Residencial, 1.0%
- Gás EBVA, 0.5%

2.1.1 SEGMENTO INDUSTRIAL

O mercado industrial, com média de consumo, em 2016, de 182.947 m³/dia, concentra-se na Grande João Pessoa, com 26 clientes e 88.3% do volume diário comercializado. O restante, na cidade de Campina Grande, com 12 clientes consumindo 11.7% do gás industrial comercializado. O Mercado da PBGÁS tem como âncoras principais no segmento industrial os seguintes grupos empresariais/segmento fabril:

- Grupo Elizabeth (cerâmica);
- Duratex (cerâmica);
- Grupo Coteminas (têxtil);
- Ambev (bebidas);
- Grupo Alpargatas (calçados).

2.1.2 SEGMENTO AUTOMOTIVO

O mercado automotivo (GNV e GNC), por sua vez, com média de consumo, em 2016, de 86.000 mil m³/dia, está concentrado, igualmente, na Grande João Pessoa, com 27 postos representando 73.6% do volume vendido para este segmento. Em Campina Grande, atualmente com 6 postos oferecendo o produto, o volume comercializado é da ordem de 16.7% do total. Um posto em Caldas Brandão, município localizado entre as cidades de João Pessoa e Campina Grande, com 2.9% e, ainda totalizando este segmento, outros três postos abastecidos por GNC são responsáveis pelos 6.84% restantes.

2.1.3 SEGMENTOS COMERCIAL E RESIDENCIAL

O segmento comercial conquistou 27 novos clientes significando um aumento de 35% em relação a 2015. O volume consumido foi maior em 553.000 m³ face ao ano anterior.

As ligações do segmento residencial alcançaram 2.148 novas unidades, um aumento de 17,69% na carteira de clientes, totalizando mais de 12.138 unidades residenciais ligadas.

2.2 INVESTIMENTO REALIZADO 2016

Para investimentos em 2016 estava previsto em orçamento o montante de R\$ 8.880 mil, mas com a implantação do plano contingencial a meta foi alterada para R\$ 5.820 mil, foi alcançado R\$ 4.047 mil, que significou 70% do orçado pós contingenciamento.

Os recursos foram aplicados principalmente no adensamento e saturação da rede. Foram contemplados ainda: hardware, software, equipamentos de medição remota, móveis e recomposição de faixa.

Os investimentos adicionaram aproximadamente 2.700 metros de rede totalizando uma extensão de 307,86 Km.

2.3 RESULTADOS ECONÔMICOS-FINANCEIROS

A receita bruta da PBGÁS foi afetada devido principalmente as variações do volume de vendas, e pelo custo unitário do gás menor que o orçado, refletido diretamente na Receita Bruta da Companhia, chegando a R\$ 158.245 mil.

Ao analisarmos a participação da margem de distribuição na receita bruta em 2016, observa-se um descolamento devido ao aumento da margem unitária nas tarifas da PBGÁS, a fim de alcançarmos a margem regulatória aprovada para o ano vigente.

2.3.1 EBITDA

Em 2016 houve um aumento do EBITDA, em decorrência do plano contingencial aprovado pela Companhia em maio de 2016, onde foram reduzidos em torno de 10% do custeio total.

Percentual da Margem de Distribuição Sobre a Receita Bruta

Ano	R\$ Milhões	Receita Bruta, %
2012	163,98	19,48%
2013	163,93	19,94%
2014	167,06	20,47%
2015	165,42	19,22%
2016	158,24	23,14%

Percentual do EBITDA Relativo à Receita Bruta

Ano	R\$ Milhões	Ebitda %
2012	14,810	9,03%
2013	15,023	9,16%
2014	15,095	9,04%
2015	11,156	6,74%
2016	15,292	9,66%

2.3.2 FLUXO DE CAIXA

A projeção de saldo de caixa no final de 2016 é de R\$ 24,6 milhões, valor este já considerado o aporte de R\$ 3.348 mil oriundos do financiamento junto ao BNB, e decorrente das atividades operacionais e investimentos.

Foi utilizada a metodologia de Fluxo de Caixa Direto, considerando que é a mais apropriada para a avaliação das variações de entrada e saída de caixa, pois leva em consideração apenas o que efetivamente entrou e saiu do caixa da Companhia.

Foi considerado para 2016 a distribuição de dividendos na forma de JSCP o montante de R\$ 2,1 milhões, ficando retido o valor de R\$ 2,3 milhões a ser pago em 2018.

Prevendo para dezembro de 2016, o montante de R\$ 1,7 milhões, relativo as penalidades de SOP, retroativo a janeiro de 2016, conforme a assinatura do aditamento nº 07.

2.3.3 RESULTADO LÍQUIDO

O Resultado Líquido alcançou R\$ 7.968 mil em 2016 foi sofreu maior influência dos seguintes fatores:

- Reajuste de margem unitária aplicado às tarifas;
- Menor custeio ao longo do período;
- Maior ganho financeiro;
- Outras despesas operacionais não orçada (principalmente pela reversão da atualização contábil do saldo de penalidade ToP);
- Da aplicação do contrato da PETROBRAS em relação ao projeto CIMPOR em 2016; e
- Reconhecimento de JSCP, não orçado em 2016, diminuindo os impostos devidos, e reflexos no caixa apenas em 2017.
- Da incidência da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, considerando a incidência do benefício SUDENE.

3. GESTÃO DE PESSOAS

O bem-estar e a melhoria da qualidade de vida dos colaboradores da PBGÁS são de fundamental importância para a Companhia. A empresa reconhece o valor do equilíbrio entre a vida profissional e pessoal. Por isso vem aprimorando a sua Política de Benefícios para oferecer melhorias para seus empregados, assegurando-lhes condições de conforto, segurança e preservação da saúde e crescimento profissional.

A adoção de programas de qualidade de vida e promoção da saúde proporciona ao colaborador maior resistência ao estresse, maior estabilidade emocional, maior motivação, maior eficiência no trabalho, melhor autoimagem e melhor relacionamento interpessoal.

Consciente do papel estratégico desempenhado pelo Capital Humano a PBGÁS vem apoiando sistematicamente a qualificação de seus profissionais através de investimentos em cursos e seminários, além de visitas técnicas.

Com o objetivo de valorizar as relações entre capital e trabalho e reconhecer o mérito dos colaboradores que fazem e constroem o desenvolvimento da PBGÁS, estimulando e recompensado a todos pelo desenvolvimento profissional e pessoal, a Companhia aprovou, por meio de suas Políticas de Participação nos Lucros e de Participação nos Resultados, os programas de Participação nos Lucros e Resultados (PLR). Para o ano de 2016 as metas corporativas estabelecidas atingiram o Fator de Realização de Metas em 0,92.

4. CONSIDERAÇÕES

O resultado econômico e financeiro da PBGÁS para 2016, está acima da expectativa da Companhia, visto que, estamos atuando em um mercado extremamente recessivo, com praticamente todas as indústrias capturadas, um baixo crescimento industrial no setor e apesar dos esforços uma queda nos volumes industriais no estado da Paraíba.

Em dezembro de 2016 a PBGÁS assinou o aditamento nº 07 ao Contrato de suprimento da Petrobras, fato de extrema relevância pois habilita a recuperação de Quantidades Pagas e Não Retiradas durante 14 meses, além da redução das penalidades de TOP Recuperável e Não Recuperável para 2016. Por meio dessa negociação, a Companhia, passou a ter uma expectativa de caixa acima do mínimo operacional adotado, que é de uma fatura e meia da Supridora.

Como visto, a PBGÁS tem incorporada no seu modelo de gestão a permanente atenção aos diversos ambientes em que se insere, de modo a bem conduzir seus negócios às metas propostas, agindo tempestivamente na mitigação dos riscos que a possam ameaçar, bem como no aproveitamento das oportunidades que se ponham em perspectiva. Em consequência e na dinâmica requerida, formula, de forma participativa e transparente as políticas e procedimentos tático operacionais, instrumentos hábeis a orientar adequadamente seu dia a dia.

Há perspectivas de tempos melhores com a sinalização, ainda que tímida, da recuperação da economia e a Companhia está atenta buscando sempre atender seus Stakeholders.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 - Em milhares de Reais

Ativos Circulantes	Notas	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e Equivalentes de caixa	8	25.177	15.023
Contas a receber de clientes	9	5.588	6.105
Contas a receber de parte relacionadas	9 e 21	569	550
Estoques		3.275	2.535
Tributos a recuperar	10	2.035	3.631
Despesas antecipadas		219	291
Créditos nas operações de venda e aquisição de gás	11 e 21	13.860	-
Outros ativos		204	162
Total de Ativos		50.928	28.297

Ativos Não Circulantes (Próxima página)

Passivos Circulantes	Notas	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores	13 e 21	6.481	6.413
Empréstimos e Financiamentos	14	1.116	-
Obrigações trabalhistas e encargos sociais a pagar	15	1.694	1.467
Tributos a pagar		600	772
Dividendos e jutos sobre capital próprio a pagar	17 e 21	3.452	2.173
Débitos nas operações de venda e aquisição de gás	18	51	73
Outros passivos	16	2.773	1.877
		204	162
Total dos Passivos Circulantes		16.167	12.776

Passivos Não Circulantes (Próxima página)



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Ativos Não Circulantes	Notas	31/12/2016	31/12/2015
Créditos nas operações de venda e aquisição de gás	11 e 21	-	9.972
Depósitos judiciais		143	188
Outros ativos		993	991
Total do realizável a longo prazo		1.137	11.151
Intagível	12	36.255	37.322
Total dos ativos não circulantes		37.392	48.473

Total dos ativos	88.320	76.770
------------------	--------	--------

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Passivos Não Circulantes	Notas	31/12/2016	31/12/2015
Empréstimos e financiamentos	13	2.232	-
Depósitos judiciais	18	3.503	2.061
Provisão para contingências	19	1.255	681
Outros passivos	16	-	115
Total dos Passivos não circulantes		6.990	2.857
Patrimônio líquido			
Capital social	20	53.667	53.089
Reserva de lucro		8.777	5.737
Dividendos adicionais propostos		2.719	2.311
Total do patrimônio líquido		65.163	61.137
Total do patrimônio líquido e passivos		88.320	76.770

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de Reais

		Reserva de lucros					
	Capital Social	Reserva Legal	Incentivos Fiscais	Reserva para Contingência	Dividendos Adicionais Propostos	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 01 de Janeiro de 2015	51.974	4.875	1.115	-	3.955	-	61.959
Aumento de capital com reservas de lucro - Subvenção Sudene	1.115	-	(1.115)	-	-	-	-
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	-	(3.955)	-	(3.955)
Distribuição de reserva de lucro				-			
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	5.655	5.655
Destinação de Lucro	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	283	-	-	-	(283)	-
Constituição de reserva de incentivo fical	-	-	578	-	-	(578)	-
Complemento de Dividendos Obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-
Dívidendos adicionais propostos				-	2.311	(2.311)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(2.483)	(2.483)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	58.089	5.158	578	-	2.311	(0)	61.137
Aumento de capital com reservas de lucro - Subvenção Sudene	578	-	(578)		-	-	-
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-			-	-
Constituição de reserva para Contingência				2.311	(2.311)		-
Lucro líquido do exercício	-	-	-		-	7.968	7.968
Destinação do Lucro do exercício:							-
Constituição de reserva legal	-	398	-		-	(398)	-
Constituição de reserva de incentivo fical	-	-	909		-	(909)	-
Complemento de Dividendos Obrigatórios	-	-	-		-	-	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-		2.719	(2.719)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-			(3.942)	(3.942)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	53.667	5.556	909	2.311	2.719	(0)	65.163

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS - Em milhares de reais

	31/12/2016	31/12/2015
Receitas	165.965	174.359
Vendas de produtos e serviços	162.293	171.434
Outras receitas	3.672	2.925
Insumos adquiridos de terceiros	(95.908)	(102.981)
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(78.401)	(89.691)
Materiais. energia, serviços de terceiros e outros	(17.507)	(13.290)
Valor adicionado bruto	70.057	71.378
Amortização	(5.565)	(7.987)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	64.492	63.391
Valor adicionado recebido em transferência	3.425	2.714
Receitas financeiras	3.425	2.714
Valor adicionado total a distribuir	67.917	66.105
Distribuição do valor adicionado	67.917	66.105
Pessoal	9.940	11.366
Remuneração direta	7.728	8.595
Benefícios	1.735	2.138
FGTS	477	634
Impostos, taxas e contribuições:	48.217	47.912
Federais	17.663	17.980
Estaduais	30.547	29.925
Municipais	8	7
Remuneração de capitais de terceiros:	1.791	1.172
Juros	711	111
Aluguéis	1.081	1.061
Remuneração de capitais próprios:	7.968	5.655
Juros sobre capital próprio	3.942	2.483
Dividendos	2.719	2.311
Lucros retidos	1.307	861

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA - Em milhares de reais

	31/12/2016	31/12/2015
Fluxo de caixa de atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	7.968	5.655
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício		
Amortização	5.896	8.581
Reversão contingência trabalhista	-	(270)
	13.864	13.966
(Aumento) Redução nos ativos operacionais		
Contas a receber de clientes	517	379
Contas a receber de parte relacionadas	(19)	5
Estoques	(740)	(913)
Tributos a recuperar	1.596	(1.720)
Despesas antecipadas	71	56
Créditos nas operações de venda e aquisição de gás	(13.860)	(3.592)
Outros ativos	(42)	200
Realizáveis a longo prazo	10.014	112
Aumento (Redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	69	202
Empréstimos e Financiamentos	3.348	-
Obrigações trabalhistas e encargos sociais a pagar	227	1
Tributos a pagar	(663)	22
Débitos nas operações de venda e aquisição de gás	1.420	697
Outros passivos	896	1.196
Outros não circulante	458	(126)
Caixa Proveniente das operações	17.156	10.485
Caixa líquido proveniente gerado pelas atividades operacionais	17.156	10.485
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de intangível	(4.829)	(6.393)
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades de investimento	(4.829)	(6.393)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pafos	-	(3.995)
Juros capital próprio pagos	(2.173)	(2.470)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(2.173)	(6.465)
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	10.154	(2.373)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	15.023	17.396
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	25.177	15.023



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRAGENTES
- Em milhares de Reais

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido do exercício	7.968	5.655
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultados abrangente total do exercício	7.968	5.655

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
- Em milhares de Reais

1 Contexto operacional

Constituída em 25 de outubro de 1994, a Companhia Paraibana de Gás - PBGÁS é uma sociedade por ações de economia mista, tendo por objeto social promover a produção, a aquisição, o armazenamento, o transporte e a distribuição de gás combustível e a prestação de serviços correlatos no Estado da Paraíba, conforme estabelece a Lei Estadual nº 5.680, de 17 de dezembro de 1992, que promulga a concessão deste serviço de acordo com o parágrafo 2º do art. 25 da Constituição Federal.

A Companhia é concessionária exclusiva pelo prazo de 50 anos dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o Estado da Paraíba, conforme contrato de concessão para a exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado assinado entre o Estado da Paraíba e a Companhia no dia 30 de dezembro de 1994.

A ARPB (Agência de Regulação do Estado da Paraíba) tem por finalidade regular, controlar e fiscalizar serviços públicos de competência do Estado da Paraíba, sempre com o objetivo de preservar o interesse público e o equilíbrio das relações entre os consumidores e os concessionários, permissionários ou autorizados de serviços públicos no Estado.

Ao término do contrato, ocorrerá a reversão ao poder concedente dos bens e das instalações vinculados aos serviços, procedendo-se aos levantamentos, às avaliações e à determinação do valor de indenização à Companhia, observando-se os valores e as datas de sua incorporação ao patrimônio do Estado.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade em relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014, pela Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e demais Normas, Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas posteriormente pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

Detalhes sobre as práticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 6.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis foram arredondadas para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídos nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 12 - Intangível (Contratos de concessão – determinação dos bens sujeitos a concessão).
Notas Explicativas nº 22 e 23 – Receita e Custo (Serviços de construção – classificação da receita e custo de construção)

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material para o período findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 12 – Intangível (Valor recuperável do ativo e Amortização).
Nota Explicativa nº 19 – Provisões para contingências.
Nota Explicativa nº 30 – Instrumentos financeiros.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO - Em milhares de reais

	Notas	31/12/2016	21/12/2015
Receita líquida - Venda de Gás e Serviços	22	113.063	120.214
Receita de Construção (CPC 30 - ICPC 01)	22	4.047	6.007
		117.110	126.221
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	23	(85.921)	(103.572)
Custo de Construção (CPC 17 - ICPC 01)	23	(4.047)	(6.007)
		89.968	109.579
Lucro bruto		27.142	16.642
Receitas (Despesas) operacionais		20.984	13.035
Despesas comerciais	24	(3.264)	(1.429)
Despesas gerais e administrativas	25	(14.151)	(12.044)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	(3.569)	438
Lucro antes do resultado financeiro		6.158	3.607
Receitas financeiras	27	3.425	2.714
Despesas financeiras	27	(711)	(111)
Lucros antes do imposto de renda e da contribuição social		8.873	6.210
Imposto de renda	28	(1.321)	(813)
Incentivo fiscal Sudene	28	909	578
Contribuição social	28	(500)	(320)
Lucro líquido do exercício		7.968	5.655
Lucro básico e diluído por ação	29	5,21	3,74

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).
A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo, se houver, no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

5 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

6 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente na preparação das demonstrações contábeis para o período findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

a. Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime de competência.

b. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando esta transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: recebíveis e aplicações financeiras.

Recebíveis
Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis (encargos, juros e multas, se houver).

Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem contas a receber de clientes e outros créditos a receber.

Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os saldos em aplicações financeiras possuem liquidez imediata com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Capital social

Ações ordinárias
Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente, aos titulares de ações ordinárias e cada ação dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias dos Acionistas.

Ações preferenciais
O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem a preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

c. Contas a receber de clientes

Estão apresentadas a valores de realização a receber de clientes, reconhecidos pelo regime de competência, e estão refletidas pelo valor presente.

d. Estoques

Os estoques de almoxarifado representam materiais e peças para alocação em investimentos e manutenção de suas atividades, refletindo o plano de negócios da Companhia para os períodos e exercícios seguintes, avaliados pelo custo médio de aquisição e não superam os preços de mercado. Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

e. Intangível

Contrato de Concessão

Os ativos intangíveis são avaliados pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A amortização de tais ativos é calculada pelo método linear com base na taxa de 10% a.a., e leva em consideração os benefícios econômicos futuros dos ativos componentes da infraestrutura utilizados no cálculo da tarifa, conforme contrato de concessão.

A Companhia tem assinado com o Estado da Paraíba um Contrato de Concessão dos Serviços Locais de gás canalizado. Segundo esse contrato, o Poder Concedente regula os serviços prestados, juntamente com a margem a ser aplicada na tarifa a ser cobrada dos usuários pelo fornecimento de gás, a qual deve remunerar a Concessionária pelos investimentos e serviços por ela realizados, de acordo com as regras fixadas contratualmente.

Ainda segundo o Contrato de Concessão, o Poder Concedente detém o direito de receber ao final do prazo da Concessão toda a infraestrutura construída pela Concessionária ao longo do contrato, razão pela qual os ativos aplicados na prestação dos serviços de gás canalizado são classificados como ativo intangível, conforme requerido pela ICPC 01.

Dessa forma, a Concessionária reconhece como ativos intangíveis todos os valores por ela despendidos para a formação daqueles ativos reversíveis (infraestrutura) ao Poder Concedente, os quais são passíveis de recuperação via margem de distribuição, dentro do prazo da Concessão, num prazo de 10 anos, conforme estipulado no contrato.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Sobre o prazo para definição da vida útil econômica estimada para fins de amortização de seus ativos intangíveis, a Companhia mantém a adoção da regra definida no Contrato de Concessão, a qual define que o prazo a ser aplicado é de 10 anos, por ser este o padrão de consumo do benefício econômico.

A aplicação de prazo de amortização diverso daquele definido na regra contratual gera um resultado que, na interpretação da Administração, não reflete a realidade do negócio da Companhia, porque: (i) 10 anos é, de forma taxativa, o período definido no Contrato de Concessão para a recuperação dos investimentos realizados pela Concessionária na construção da infraestrutura; e (ii) a margem da Concessionária definida a partir da aplicação das regras contratuais é o instrumento que permite a manutenção do equilíbrio entre a receita e os custos da atividade.

Portanto, 10 anos é o prazo padrão de consumo do benefício econômico gerado pelos ativos intangíveis e, consequentemente, da sua vida útil estimada. Neste sentido a Administração considera que a sua interpretação atende às práticas contábeis adotadas no Brasil, além de retratar com transparência a aderência das mesmas ao negócio da Companhia.

Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização correspondente aos investimentos realizados nos dez anos anteriores (ativo financeiro) ao término da concessão.

Contratos de construção

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço prestado ao poder concedente, e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Outros ativos intangíveis (softwares)
Licenças adquiridas de programas de computador (softwares) são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na nota explicativa nº 12.
Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

f. Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment

Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis.

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou o atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações e indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável em relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

As provisões e possíveis baixas contábeis são previstas no orçamento anual seguindo os dispositivos contidos na Lei 13.097/15 - Artigo 8º, tornando assim, o processo de evidenciação de perdas mais claro e objetivo.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros, que não os

estoques e o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou a unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos as despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados

aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são, em grande parte, independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos — Unidade Geradora de Caixa (UGC).

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

h. Subvenções governamentais

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, registrado como outras receitas quanto a subvenção se torna recebível, confrontada com as despesas que se pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais. Conforme nota explicativa 26 a Companhia possui incentivo fiscal SUDENE.

i. Receitas e custos operacionais

Venda de gás

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda, beneficiamento e distribuição de gás.

Contratos de construção

As receitas e os custos de construção, cuja evidenciação se tornou obrigatória para concessionárias de serviços de distribuição a partir da Interpretação Técnica ICPC 01, foram reconhecidos conforme o NBC TG 30 - Receitas e o NBC TG 17 - Contratos de Concessão, como receita e custo operacional.

j. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras (CDI) e variações do valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. Compreendem ainda descontos obtidos, juros e multa de clientes. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias, descontos concedidos, juros e multas.

k. Tributação

i. Impostos e contribuições sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social do período corrente apurados com base no lucro real são calculados nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, conforme legislação em vigor.

i.i. Impostos e contribuições sobre as receitas

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e COFINS, pelas alíquotas vigentes que montam em uma alíquota média de 9,25%. As receitas de vendas estão sujeitas ainda a substituição tributária do ICMS, pela alíquota de 18%. Esses tributos são apresentados como contas redutoras das receitas de vendas, vide nota explicativa nº 22.

Benefícios a empregados

i. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago para os planos de curto prazo de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

ii. Plano de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com benefícios a empregados, nos exercícios durante os quais os serviços são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um ressarcimento de caixa ou uma redução em futuros pagamentos esteja disponível.

As contribuições, para um plano de contribuição definida, cujos vencimentos são maiores que 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço, são descontadas aos seus valores presentes.

A Companhia é um dos patrocinadores do plano de benefícios GASPREV, administrado pela Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros. O plano possui características de contribuição definida com benefícios pagos a partir dos saldos das contas.

Os benefícios de contribuição definida assegurados pelo plano GASPREV são:

- Aposentadoria normal
- Aposentadoria antecipada
- Aposentadoria por invalidez
- Pensão por morte e
- Institutos de auto patrocínio, benefício proporcional diferido e portabilidade.

O referido plano não inclui:

- Benefícios de demissão;
- Benefícios de longo prazo, que não sejam aposentadorias e pensões; e
- Plano de assistência médica para empregados, ou participantes e assistidos.

7 Gerenciamento de risco financeiro

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de taxa de juros
- Risco de crédito
- Risco de liquidez

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, as políticas e os processos para a mensuração, o gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações contábeis.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados por esta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são aprovados pelo Conselho de Administração e revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. Esta, através de suas normas e seus procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e as suas obrigações.

Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo de a Companhia vir a sofrer perdas (ou auferir ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre ativos e passivos captados (aplicados) no mercado. A Companhia considera sua exposição de risco baixa, em função de suas aplicações financeiras serem remuneradas à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que reflete as oscilações do mercado financeiro e, quanto a sofrer perdas, a Companhia informa que não possui passivos indexados às taxas de juros de mercado.

Risco de crédito

Advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro ou de um cliente na falha em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de contas a receber de clientes.

Para atenuar ou mesmo mitigar este risco, a Companhia segue a política corporativa aprovada por seus acionistas que especifica os procedimentos que ditam como e onde devem ser alocadas suas disponibilidades de caixa, bem como a forma de gerenciamento da carteira. Portanto, a Companhia realiza suas aplicações financeiras em instituições notoriamente sólidas que operam no mercado brasileiro e que tenham, em média, patrimônio líquido acima de R\$ 40 bilhões.

Quanto ao gerenciamento de risco de crédito de clientes, a Companhia tem seguido as Instruções Normativas aprovadas pelos acionistas que tratam da inadimplência e da avaliação de crédito de sua carteira de usuários. Para clientes com perfil de consumo a partir de 1.000 m³ diários, os contratos de fornecimento firmados possuem cláusula de obrigatoriedade de garantia contratual, em geral nas modalidades fiança, caução ou aval.

Com uma postura preventiva, a Companhia periodicamente monitora, no âmbito do crédito e de mercado, sua carteira de clientes cativos, a fim de mitigar situações de default. Atualmente, utiliza-se de produtos ofertados pela Serasa Experian para prevenção e protesto de títulos em cartório para dar maior celeridade na recuperação de créditos. A judicialização de cobranças é usada nos casos em que foram expirados todos os meios e prazos regulamentares de negociação administrativa.

Risco de liquidez

A Companhia adota postura conservadora no gerenciamento da liquidez corrente, buscando preservar um caixa razoavelmente equilibrado, a fim de cumprir com suas obrigações de curto prazo com os seus fornecedores. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, ao máximo, a capacidade de pagamento dentro dos prazos contratados, visando sempre a um horizonte de boa reputação no mercado, garantindo, pois, preços justos e competitivos dos seus parceiros comerciais.

A Companhia faz o acompanhamento contínuo de seu fluxo de caixa, usando-o como ferramenta de gestão operacional (curto



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

prazo) e gestão estratégica (médio e longo prazos). Desta forma, há uma maior e melhor previsibilidade de disponibilidades a fim de realizar procedimentos e contramedidas nos momentos de sobra ou escassez de capital financeiro em conta movimento. Caso haja o descasamento no seu ciclo operacional de contas a pagar/receber, a Companhia poderá lançar mão de resgates de suas aplicações financeiras, uma vez que todas são de liquidez diária. Em possibilidades extremas, vislumbradas nas projeções de fluxo de caixa, a Companhia poderá se valer de fontes alternativas de capitalização junto a instituições financeiras com as quais possui relacionamento ou financiamento por parte dos sócios.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa - fundo fixo	8	8
Bancos - conta movimento	1.491	209
Aplicações financeiras	23.185	14.816
Caixa e equivalentes de caixa	24.684	15.003
Valores em trânsito	493	(10)
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	25.177	15.023

Caixa e equivalente de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo de alta liquidez, podendo ser resgatados a qualquer tempo.

Os valores aplicados estão demonstrados ao custo de aplicação e acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. O percentual médio de rendimento findo em 31 de dezembro de 2016 girou em torno de 100% do CDI diário, sendo este o benchmark a ser atingido nas disponibilidades de capital aplicadas no mercado financeiro.

9. Contas a receber de clientes e partes relacionadas

	31/12/2016	31/12/2015
Segmento automotivo	2.023	1.900
Segmento industrial	2.866	3.665
Segmento comercial	446	328
Segmento residencial	253	212
Subtotal	5.588	6.105
Provisão crédito de liquidação duvidosa	-	-
Contas a receber de clientes	5.588	6.105
Segmento automotivo – partes relacionadas	569	550
Contas a receber de clientes partes relacionadas	569	550

a. Por vencimento

	31/12/2016	31/12/2015
A vencer		
1 a 30 dias	5.927	6.446
Vencidos		
31 a 60 dias	160	125
61 a 90 dias	5	16
Acima de 90 dias	65	68
	230	209
Contas a receber de clientes	6.157	6.655

A Companhia entende que o montante que melhor representa sua exposição máxima ao risco de crédito no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 65 (R\$ 68 em 31/12/2015) que representa os títulos vencidos acima de 90 dias.

b. Critérios de mensuração da provisão (impairment)

O critério que a Companhia adota para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa é baseada na análise individual do saldo de cada cliente. Esta provisão deverá ser realizada para cobrir as perdas estimadas na cobrança do “contas a receber de clientes”, constituídas em montantes julgados suficientes. Para o ano de 2016 não foi constituída provisão em razão dos critérios adotados pela Companhia embasarem a tal prática.

10. Tributos a recuperar

	31/12/2016	31/12/2015
IRRF	257	424
IRPJ Estimativa	1.117	995
IRPJ Saldo Negativo	-	1.159
CSLL Estimativa	631	380
CSLL Saldo Negativo	-	652
ICMS	30	21
	2.035	3.631

11. Créditos nas operações de venda e aquisição de gás

	31/12/2016	31/12/2015
Crédito nas operações de aquisição de gás (a)	13.860	9.972
	13.860	9.972

(a) Corresponde ao gás pago e não retirado. Ocorre a operação take-or-pay quando a aquisição garantida de gás através de contrato não é alcançada. A Petrobras emite nota de débito contendo o volume restante para se alcançar a quantidade mínima contratual, e a Companhia realiza o pagamento, cuja recuperação dar-se-á sempre no momento em que a PBGÁS consumir volumes

superiores ao mínimo exigido em contrato. Desta forma, a Companhia registra um ativo decorrente desse take-or-pay e desconta em faturas posteriores a serem pagas à Petrobras.

12. Intangível

A Companhia tem assinado com o Estado da Paraíba, Contrato de Concessão dos Serviços Locais de gás canalizado, conforme descrito na nota explicativa nº 1. Segundo o contrato, o Poder Concedente regula os serviços prestados, juntamente com a tarifa a ser cobrada dos usuários pelo fornecimento de gás, a qual deve remunerar a Concessionária ao longo do contrato, razão pela qual os ativos aplicados na prestação dos serviços de gás canalizado são classificados como ativo intangível, conforme requerido pela ICPC 01.

	31/12/2016			31/12/2015		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Terrenos	304	-	304	304	-	304
Móveis e utensílios	1.056	(667)	389	1.044	(562)	482
Hardware	2.051	(1.160)	891	1.777	(998)	779
Gasodutos	73.290	(55.601)	17.689	70.020	(52.418)	17.602
Ramais	33.349	(25.591)	7.758	32.180	(23.420)	8.760
Outros	2.381	(1.833)	548	2.342	(1.658)	684
Intangível em formação (*)	7.697	-	7.697	7.638	-	7.638

Intangível concessão	120.128	(84.852)	35.276	115.305	(79.056)	36.249
Direitos de uso de softwares	1.813	(834)	979	1.807	(734)	1.073
	121.941	(85.686)	36.255	117.112	(79.790)	37.222

(*) A conta “Intangível em formação” refere-se aos investimentos realizados pela Companhia na expansão dos seus gasodutos, ainda em fase de construção.

b. Movimentação

		31/12/2016				31/12/2015			
Contratos de concessões	Taxa de Amortização % a.a.	Saldo inicial	Adições	Transferência (**)	Saldo final	Saldo inicial	Adições	Transfe-rência	Saldo final
Custo		115.305	10.498	(5.675)	120.128	108.911	6.399	(5)	115.305
Amortização	10	(79.056)	(5.796)	-	(84.852)	(70.574)	(8.482)	-	(79.056)
		36.249	4.702	(5.675)	35.276	38.337	(2.083)	(5)	36.249
Softwares e direitos de uso									
Custo		1.807	6	-	1.813	1.807	-	-	1.807
Amortização	10	(734)	(100)	-	(834)	(635)	(99)	-	(734)
		1.073	(94)	-	979	1.172	(99)	-	1.073
Total do intangível		37.322	4.608	(5.675)	36.255	39,509	(2.182)	(5)	37.322

(**) Os valores transferidos no exercício correspondem a transferências de materiais da conta “Almoxarifado – Obras em andamento” no ativo circulante – referente a materiais para as diversas contas existentes na subclasse “Obras em andamento” no intangível.

Foi apropriado como despesa com amortização no resultado do período findo em 31 de dezembro de 2016, o montante de R\$ 5.896 (R\$ 8.581 em 31/12/2015) e o total de adições no exercício líquido das transferências que afetou caixa foi de R\$ 4.829 (R\$ 6.393 em 31/12/2015).

13. Fornecedores

	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedor de gás – Petrobras (nota 21)	5.181	4.896
Fornecedores de materiais e serviços	1.300	1.517
	6.481	6.413

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, as quais são classificadas como passivos circulantes.

14. Empréstimos e Financiamentos

A Companhia recebeu, em 02/12/2016, o repasse no valor total de R\$ 3.348 do Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB), com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), proveniente de contrato de financiamento de obra de infraestrutura de gasodutos denominado Projeto Borborema, na cidade de Campina Grande/PB. O montante será amortizado em 36 (trinta e seis) parcelas mensais, com a primeira em 02/01/2017 e a última em 02/12/2019, com taxa de juros prefixada em 7,004% ao ano.

A fiança garantidora do financiamento foi emitida pelo Banco Bradesco S/A, com cobertura sobre o total do contrato do BNB, remunerada à taxa de 3% ao ano sobre o saldo devedor da operação - vis-à-vis.

	31/12/2016	31/12/2015
Financiamento BNB - Circulante	1.300	-
Financiamento BNB – Não Circulante	6.481	-
	3.348	-

15 Obrigações trabalhistas e sociais

	31/12/2016	31/12/2015
Salários a pagar	-	1
Impostos e contribuições sociais sobre folha de pagamento	350	307
Provisão para férias e encargos	1.025	980
Participação nos lucros e resultados	319	179
	1.694	1.467

Dessa forma, a Concessionária reconhece como ativo intangível, todos os valores por ela despendidos para a formação daqueles ativos reversíveis (infraestrutura) ao Poder Concedente, os quais são passíveis de recuperação via tarifa, num prazo de dez anos, dentro do período da Concessão, conforme estipulado no contrato.

Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização correspondente aos investimentos realizados nos dez anos anteriores ao término da concessão.

a. Composição

	31/12/2016	31/12/2015
Parcelamento Fiscal	167	115
Penalidade Contratual *	2.493	1.660
Outros passivos	113	102
Total circulante	2.773	1.877

	31/12/2016	31/12/2015
Parcelamento Fiscal	-	115
Total não circulante	-	115

	31/12/2016	31/12/2015
Parcelamento Fiscal	-	115
Total não circulante	-	115

	31/12/2016	31/12/2015
Parcelamento Fiscal	-	115
Total não circulante	-	115

	31/12/2016	31/12/2015
Parcelamento Fiscal	-	115
Total não circulante	-	115

	31/12/2016	31/12/2015
Parcelamento Fiscal	-	115
Total não circulante	-	115

16 Outros passivos

	31/12/2016	31/12/2015
Parcelamento Fiscal	167	115
Penalidade Contratual *	2.493	1.660
Outros passivos	113	102
Total circulante	2.773	1.877

* Penalidade contratual refere-se à penalidade mensal não recuperável que tem por objetivo remunerar a estrutura de transporte disponibilizada pela Petrobras. Sempre que a Companhia não realizar o consumo mínimo previsto contratualmente a Petrobras emite nota de débito da diferença contratada e não consumida referente ao período. Reconhecemos na rubrica de outras despesas operacionais sem direito à recuperação.

17 Dividendos e JSCP a pagar

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a Companhia decidiu, de acordo com a Lei nº 9.249/95, pagar juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) do exercício. O montante dos juros remuneratórios do capital calculado no valor de R\$ 3.942 foi contabilizado como despesa financeira conforme determina a legislação fiscal.

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido do exercício	7.968	5.655
(-) Reserva legal	(398)	(283)
(-) Reserva de incentivo fiscal	(909)	(578)
Lucro líquido a ser distribuído	6.661	4.794
Dividendos propostos pela Administração		
Dividendos	2.719	2.311
JSCP	3.942	2.483
(-) IRRF JSCP	(490)	(310)
Valor total dos dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	6.171	4.484



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Conforme 22ª AGO realizada em 18 de abril de 2016 foi aprovada a distribuição total dos dividendos do ano de 2015 com pagamentos de JSCP em duas parcelas, sendo 50% em abril e 50% em dezembro de 2016 e o Dividendo adicional proposto em 30/12/2016.

Em 14/11/2016 foi realizada a 77ª AGE que deliberou sobre a constituição de Reserva para Contingência proveniente do Dividendo Adicional proposto no valor de R\$ 2.311 a qual deverá ser integralmente revertida conforme previsto no artigo 195, § 2º.

Os JSCP foram pagos em sua totalidade nas datas de 29 de abril e 30 de dezembro de 2016.

18 . Débitos nas Operações de venda e aquisição de gás

	31/12/2016	31/12/2015
Conpel – Cia Nordestina de Papel	24	32
Petrobras Distribuidora S.A	20	20
Cientes diversos	7	21
Total circulante:	51	73
Cipatex do Nordeste S.A	1.217	1.129
Alpargatas S.A	730	751
Coteminas S.A	1.195	56
Conpel – Cia Nordestina de Papel	253	103
Cientes diversos	108	22
Total não circulante:	3.503	2.061

Corresponde ao gás pago e não retirado. Ocorre a operação take-or-pay quando a aquisição garantida de gás através de contrato não é alcançada. A PBGÁS emite nota de débito contendo o volume restante para se alcançar a quantidade mínima contratual, e o Cliente realiza o pagamento, cuja recuperação dar-se-á sempre no momento em que o Cliente consumir volumes superiores ao mínimo exigido em contrato.

Desta forma, a Companhia registra um passivo decorrente desse take-or-pay e desconta em faturas posteriores a serem pagas pelo Cliente.

19 Provisão para contingências

A Companhia em 31 de dezembro de 2016 mantém registrada provisão para perdas em processos de natureza trabalhista o montante de R\$ 7 e de natureza cível o montante de R\$ 1.248, decorrentes do curso normal de suas operações.

A composição da provisão para passivos eventuais em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 está assim demonstrada:

	31/12/2016	31/12/2015
Trabalhista	7	-
Cível	1.248	681
	1.255	681

A Administração da Companhia, baseada na posição de seus assessores jurídicos, classificou os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perdas prováveis, conforme segue:

	Probabilidade de perda		
Natureza	Provável	Possível	Total
Cíveis (a)	1.248	-	1.248
Trabalhista (b)	7	2.825	2.832
Total:	1.255	2.825	4.080

(a) Cíveis: A Companhia possui processos cíveis relativos à indenização por danos morais e materiais, no montante de R\$ 1.248. Baseados na opinião de seus assessores jurídicos a Companhia efetuou a provisão deste montante considerado provável de perda.

Número do processo	Data do auto	Valor histórico
028.2008.000.028-5	15/01/2008	410
028.2011.000.231-9	21/03/2011	681
0000205-12.2016.815.0281	07/03/2016	157

(b) Trabalhistas: A Companhia possui processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários (verbas rescisórias, férias, etc.), ou por responsabilidade subsidiária. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, até o período findo em 31 de dezembro de 2016 existe uma ação considerada como perda provável no montante de R\$ 7 reconhecida como valor de contingência até o momento.

Número do processo	Data do auto	Valor histórico
0001217-31.2016.5.13.0002	09/07/2016	9

Abaixo relação dos principais processos trabalhistas considerados como possíveis:

Número do processo	Data do auto	Valor histórico
0097500-61.2013.5.13.0022	09/07/2013	70
0097501-46.2013.5.13.0022	25/08/2014	1.637
0012900-42.2014.5.13.0000	28/05/2014	100
0130246-11.2015.5.13.0022*	19/02/2015	35
0000292-37.2015.5.06.0011*	10/03/2015	38
0130975-28.2015.5.13.0025	18/06/2015	200
0000995-07.2016.5.06.0019*	25/07/2016	250
0001126-73.2016.5.06.0021*	04/08/2016	100
0001021-20.2016.5.06.0014*	25/07/2016	100
0130209-72.2015.5.13.0025*	09/02/2015	35

0132062-76.2015.5.13.0006	29/12/2015	100
0000016-98.2016.5.13.0003*	08/01/2016	40
0000019-44.2016.5.13.0006*	08/01/2016	40
0000018-71.2016.5.13.0002*	08/01/2016	40
0000469-27.2016.5.13.0025*	28/03/2016	40
		2.825

*Responsabilidade subsidiária.

(c) Tributárias: As declarações de rendimentos, assim como os tributos e contribuições sociais, estão sujeitas à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante um prazo de cinco anos. Não se encontra lavrado contra a Companhia nenhum auto de infração, nem indicação relacionada com os

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 53.667 (R\$ 53.089 em 31/12/2015), compostos por 1.528.124 (1.511.666 em 31/12/2015) ações sem valor nominal, sendo 509.376 (503.890 em 31/12/2015) ações ordinárias e 1.018.748 (1.007.776 em 31/12/2015) ações preferenciais, todas de classe única. O capital autorizado da Companhia é de 6.000.000 de ações.

A composição acionária em 31 de dezembro de 2016 e 2015 pode ser demonstrada conforme quadro abaixo:

Acionista	Ações ordinárias	%	Ações preferenciais	%	Total de ações	Capital social 31/12/2016
						R\$
Governo do Estado da Paraíba	259.784	51,0	-	-	259.784	9.123
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro	124.796	24,5	509.374	50	634.170	22.272
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	124.796	24,5	509.374	50	634.170	22.272
Total	509.376	100	1.018.748	100	1.528.124	53.667

Acionista	Ações ordinárias	%	Ações preferenciais	%	Total de ações	Capital social 31/12/2015
						R\$
Governo do Estado da Paraíba	256.986	51,0	-	-	256.986	9.025
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro	123.452	24,5	503.888	50	627.340	22.032
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	123.452	24,5	503.888	50	627.340	22.032
Total	503.890	100	1.007.776	100	1.511.666	53.089

O direito a voto é reservado, exclusivamente, aos titulares de ações ordinárias e cada ação dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias dos acionistas. As ações preferenciais são nominativas, não possuem valor nominal, não têm direito a voto e gozam da prioridade no recebimento de dividendo mínimo obrigatório e no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia. O capital social pertence inteiramente aos acionistas domiciliados no País em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

b. Reserva de lucros

(i) Reserva legal: É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social, em conformidade com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações. A destinação para essa reserva ocorre anualmente.

(ii) Reserva de incentivos fiscais: É constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais, decorrentes de doações ou subvenções governamentais, em conformidade com o art. 195-A da Lei das Sociedades por Ações.

Para a PBGÁS, este valor refere-se ao incentivo para subvenção de investimentos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) com o benefício de redução de 75% do IRPJ sobre o Lucro da Exploração obtido pela Companhia conforme Laudo Constitutivo nº 0302/2006. O valor desta reserva deverá ser utilizado para futuro aumento de capital, sendo vedada a sua distribuição aos acionistas na forma de dividendos.

(iii) Reserva para contingência: É constituída por proposta dos órgãos da administração, destinar parte do lucro líquido à formação de reserva com a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado, conforme expressa o art. 195 da Lei das Sociedades por Ações.

§ 1º A proposta dos órgãos da administração deverá indicar a causa da perda prevista e justificar, com as razões de prudência que a recomendem, a constituição da reserva.

§ 2º A reserva será revertida no exercício em que deixarem de existir as razões que justificaram a sua constituição ou em que ocorrer a perda.

21 Saldos e transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, bem como as transações que influenciaram o resultado no período de 12 (doze) meses em 2016 e 2015, relativas a operações com partes relacionadas, foram realizados em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

	BR Distribuidora		Petrobras		Gaspetro		Mitsui		Estado da Paraíba	
Transações	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Receita de vendas	12.301	11.693	-	-	-	-	-	-	-	-
Compra de gás natural (*)	-	-	76.443	88.417	-	-	-	-	-	-
Contas a receber – Venda de gás natural	569	550	-	-	-	-	-	-	-	-
Crédito nas operações de aquis. de gás (*)			13.860	9.972						
Fornecedor	-	-	5.181	4.896	-	-	-	-	-	-
Reembolso acionista	-	-	-	-	28	53	-	-	-	-
Dividendos/JSCP a pagar	-	-	-	-	1.391	875	1.391	875	670	423

(*). As compras de gás natural estão demonstradas líquidas de impostos

As transações de compra de gás natural estão garantidas através de contrato firmado entre a PBGÁS e a Petróleo Brasileiro S.A em 1º de abril de 2009, bem como nos aditamentos a este relativo, cuja quantidade de gás estabelecida é de 315.000 m³/dia a partir de dezembro de 2016, conforme estabelecido em seu 7º aditamento.

22 Receita líquida

	31/12/2016	31/12/2015
Beneficiamento e distribuição de gás	158.245	165.430
(-) Impostos sobre faturamento		
ICMS	(30.544)	(29.912)
PIS	(2.611)	(2.730)
COFINS	(12.027)	(12.572)
(-) Devolução de Vendas	(-)	(2)
Receita líquida	113.063	120.214
Receita de Construção – CPC 17	4.047	6.007

impostos federais, estaduais ou municipais.

A movimentação da conta de provisão para passivos eventuais, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, está assim demonstrada:

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo no início do exercício	681	951
Provisões efetuadas	574	-
Pagamentos e/ou reversão efetuados	(-)	(270)
	1.255	681

23 Custos das vendas

	31/12/2016	31/12/2015
Custo de gás natural (a)	(76.443)	(88.417)
Custo de distribuição	(2.278)	(1.653)
Custo de pessoal	(2.121)	(5.972)
Amortização	(5.079)	(7.530)
	(85.921)	(103.572)
Custo de Construção – CPC 17	4.047	6.007



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(a) O custo do gás natural por segmento é dividido conforme abaixo:

	31/12/2016	31/12/2015
Gás automotivo	(24.432)	(24.813)
Gás combustível	(50.110)	(61.920)
Gás residencial	(792)	(709)
Gás comercial	(1.109)	(975)
	(76.443)	(88.417)

24 Despesas comerciais

	31/12/2016	31/12/2015
Pessoal	(2.175)	-
Serviços de terceiros	(197)	(212)
Conversões de Clientes	(892)	(1.217)
	(3.264)	(1.429)

25 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2016	31/12/2015
Pessoal	(9.428)	(7.276)
Serviços de terceiros	(1.221)	(1.474)
Gerais e administrativas	(921)	(862)
Aluguéis	(760)	(682)
Viagens e representações	(157)	(315)
Amortização	(486)	(457)
Tributárias	(1.178)	(978)
	(14.151)	(12.044)

26 Outras receitas/despesas operacionais

Outras Receitas Operacionais	31/12/2016	31/12/2015
Indenizações e ressarcimentos	3.252	-
Ajuste variação preço do gás pago	-	2.035
Outras receitas operacionais	-	410
Receita de penalidade contratual	420	480
	3.672	2.925

Outras Despesas Operacionais	31/12/2016	31/12/2015
Despesas de provisões	(574)	-
Ajuste variação preço do gás pago	(3.056)	(591)
Despesa de penalidade contratual	(2.727)	(1.873)
Indenizações e ressarcimentos	(855)	-
Outras despesas operacionais	(29)	(23)
	(7.241)	(2.487)

27 Resultado financeiro

Receitas financeiras	31/12/2016	31/12/2015
Receita s/ aplicações financeiras	2.122	2.191
Juros/multas - Clientes	1.050	280
Outras receitas financeiras	253	243
	3.425	2.714
Despesas financeiras		
Juros sobre capital próprio	(3.942)	(2.483)
Juros e multas	(100)	(33)
Despesas bancárias	(39)	(37)
Descontos concedidos	(2)	(28)
Outras despesas financeiras	(570)	(13)
(-) Reversão Juros sobre capital próprio	3.942	2.483
	(711)	(111)

28 Imposto de renda e contribuição social

Em 26 de dezembro de 2006, foi expedido pela ADENE (Agência Nacional de Desenvolvimento do Nordeste) o Laudo Constitutivo nº 0302/2006, que concedeu benefício fiscal de redução do imposto de renda e adicional não restituível, calculados com base no lucro da exploração, por um prazo de 10 anos da atividade de industrialização e distribuição de gás natural, na quantidade de 195.000.000 m³/ano. O percentual de redução é de 75% e a fruição do benefício terminará no ano-calendário de 2016.

O benefício fiscal concedido pela ADENE foi registrado no resultado da Companhia, integrando o lucro líquido do exercício. Este valor corresponde à isenção do imposto de renda incidente sobre lucro da exploração e contabilizado como reserva de lucros (Incentivo Fiscal) em seu montante integral, devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízo contábil, conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda (RIR).

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE reconheceu o benefício fiscal através do Laudo 0215/2016, renovando assim o percentual de redução de 75% do IRPJ até 31/12/2025.

A conciliação entre os tributos sobre o lucro, calculados com base nas alíquotas efetivas e o montante de despesas reconhecido no resultado está assim demonstrada:

	31/12/2016		31/12/2015	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	8.873	8.873	6.210	6.210
Adições e exclusões permanentes				
Brindes e patrocínios	25	25	43	43
Provisões não dedutíveis	893	893	243	243
Reversão provisões	(293)	(293)	(497)	(497)
Reversão JSCP	(3.942)	(3.942)	(2.483)	(2.483)
(+/-). Outros	1	1	36	36
Total	5.557	5.557	3.552	3.552
Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do exercício:				
(-) Incentivo PAT	33	-	22	-
(+/-). Outros	20	-	29	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	(1.312)	(500)	(813)	(320)
(-) Incentivos fiscais SUDENE	909	-	578	-
Imposto de renda e contribuição social	(403)	(500)	(235)	(320)

29 Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade de ações ordinárias e preferenciais. A Companhia optou por incluir as ações preferenciais no cálculo tendo em vista seu direito ao dividendo igual ao das ações ordinárias. No caso da Companhia, não existe ações em tesouraria que diluam o cálculo do lucro por ação, não havendo, nesse caso, diferença entre o lucro básico e o lucro diluído.

No quadro a seguir estão apresentados os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do lucro básico por ação:

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	7.968	5.655
Total de ações ordinárias e preferenciais	1.528	1.511
Lucro/ação	5,21	3,74

30 Remuneração dos administradores

O total da remuneração de benefícios de curto prazo para o período de 12 (doze) meses findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 1.261 (R\$ 1.091 em 31/12/2015), compostos de três executivos da diretoria e cinco conselheiros. O valor da remuneração é fixado conforme deliberação em Assembléia Geral.

31 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros visando cobrir riscos operacionais em valores considerados suficientes pela Administração para o período findo em dezembro de 2016, como segue:

Modalidade do seguro	Valor de cobertura
Seguro de Responsabilidade Civil - Operações	10.000
Seguro Incêndio de Redes - Risco Operacional	3.500
Seguro Incêndio - Escritórios/ Almoxarifado	8.500
Total Segurado	22.000

32 Instrumentos financeiros

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia não participou ou manteve operações envolvendo quaisquer tipos de instrumentos financeiros específicos, a não ser aqueles constantes das demonstrações contábeis, os quais foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgados em notas explicativas.

33 Eventos subsequentes

A autorização para a conclusão das demonstrações contábeis será aprovada pela Administração da Companhia em reunião do dia 17 de fevereiro de 2017.

João Pessoa, 03 de fevereiro de 2017.

George Ventura Morais
Diretor Presidente

David dos Santos Mouta
Diretor Administrativo Financeiro

Carlos Augusto de Vasconcelos
Diretor Técnico Comercial

Regina Maria Silva Guedes Soares
Contadora
CRC PB 007082/0-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e Acionistas da
COMPANHIA PARAIBA DE GÁS – PBGÁS
João Pessoa - PB

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA PARAIBA DE GÁS – PBGÁS (COMPANHIA), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à COMPANHIA, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da COMPANHIA é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos

